



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

11553 - Resumo Expandido - Trabalho - XVI Reunião da Anped Centro-Oeste (2022)

ISSN: 2595-7945

GT 04 - Didática

DIDÁTICA-CURRICULAR DA EDUCAÇÃO ÉTNICO-RACIAL: DESAFIOS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Rachel Benta Messias Bastos - INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS - IFG

Thais Regina de Carvalho - UFG - Universidade Federal de Goiás

Cecilia Maria Vieira - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE GOIÂNIA

DIDÁTICA-CURRICULAR DA EDUCAÇÃO ÉTNICO-RACIAL: DESAFIOS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Didática! Didática geral, didática da matemática, didática da química, didática da história e tantas outras pertencentes a formação de professores/as. Quantas didáticas? São inúmeras a integração da didática - campo teórico-prático - com uma área específica do conhecimento ou ciências. Historicamente essa pluralidade de didáticas, cada qual com sua particularidade, constitui o currículo dos cursos de formação de professores/as, e sobretudo significa uma colonialidade de saberes em disputa, haja vista a compreensão de que currículo é poder.

Nesta trama educativa didático-curricular, a intencionalidade formativa da didática corresponde ao ato de ensinar e aprender a todos indistintamente através da sistematização de saberes. A didática é caracterizada como um conjunto de conhecimentos pedagógicos e, sua função é: “[...] converter objetivos sócio-políticos e pedagógico em objetivos de ensino, selecionar conteúdos e métodos em função desses objetivos, estabelecer os vínculos entre ensino e aprendizagem, tendo em vista o desenvolvimento das capacidades mentais dos alunos” (LIBÂNEO, 1994, p.26). Cabe a didática estreitar, relacionar e apreender os nexos constitutivos do ensino e aprendizagem, haja vista sua função de mediação entre os fundamentos teórico-científicos e a prática docente. Trata-se de uma síntese entre teoria pedagógica e prática de ensino.

Em corroboração aos objetivos e tarefas da didática referentes ao ensino na nossa sociedade, Nilma Lino Gomes (2012, p.99) afirma que: “É nesse contexto que a educação

participa como um campo que articula de maneira tensa a teoria e a prática”. Essa tensão tem provocado a necessidade de mudanças epistemológicas e políticas, referentes, por exemplo, a questão étnico-racial no ambiente escolar, que atinge diretamente a prática docente. Tais mudanças têm provocado e gerado, portanto, a necessidade de revisão e alteração curricular, como ocorreu com a implantação histórico-política das legislações 10.639/2003 e 11.645/2008.

Neste mundo de desenvolvimento desigual e combinado, de transformações e insurgências dos distintos movimentos sociais, instiga-nos a matutar: qual é a origem e o que caracteriza a didática-curricular das relações étnico-raciais? A discussão sobre as relações raciais é uma tarefa da educação. “Não há como negar que a educação é um processo amplo e complexo de construção de saberes culturais e sociais que fazem parte do acontecer humano” (GOMES, 2005, p.146). Para bell hooks (2013) o lócus e as relações estabelecidas via educação, especificamente na sala de aula podem transformar o aprendizado numa vivência e experiência que possibilitam a inclusão. Porém, a autora enfatiza que precisamos transgredir com a didática que ensina imitando modelos, ou seja, “Vale encarar a realidade: a maioria de nós frequentamos escolas onde o estilo de ensino refletia a noção de uma única norma de pensamento e experiência, a qual éramos encorajados a crer que fosse universal” (hooks, 2013, p.51).

Torna-se fundamental a busca pela compreensão sobre a educação das relações étnico-raciais como uma política pública e didático-pedagógica. Desse modo é fundante interrogar: “por que não se fala? Em que paradigmas curriculares a escola brasileira se pauta a ponto de “não poder falar” sobre a questão racial? E quando se fala? O que, como e quando se fala? O que se omite ao falar? (GOMES, 2012, p.105)”. Esse “como” nos remete a investigação sobre a didática-curricular das relações étnico-raciais. Consubstanciada a estas ideias, hooks (2013, p.55) afirma que “A falta de disposição de abordar o ensino a partir de um ponto de vista que incluía uma consciência da raça, do sexo e da classe social tem suas raízes muitas vezes, no medo de que a sala de aula se torne incontrolável, que as emoções e paixões não sejam mais represadas”.

hooks (2013) explica que uma das finalidades da pedagogia transformadora é justamente possibilitar que ambiente da sala de aula possa constituir como um contexto democrático. O que significa uma construção coletiva e inclusiva à medida que a sala de aula vai se tornando mais diversa e, desse modo os/as docentes precisam enfrentar a reprodução da política da dominação no contexto escolar. É preciso criar uma “comunidade” com a intenção de estabelecer um “clima de abertura e rigor intelectual. É uma tarefa difícil a mudança de paradigma didático! Mas, não é impossível transgredir mediante a teorização, a busca pelo aprofundamento dos conhecimentos nos desvelamentos da realidade social.

Nesse sentido as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (DCN-ERER, 2004) são verdadeiros aperfeiçoamentos didáticos-curriculares ao apresentar de forma

contundente o que é necessário para aplicabilidade da Lei 10.639/03, conforme debateremos a seguir.

Didática-curricular antirracista na prática pedagógica na educação infantil

As DCN-ERER (2004) estabelecem orientações para a implementação de uma didática-curricular antirracista. As mesmas destinam-se a toda comunidade escolar, administradores/as, mantenedoras e professores/as, mas pontuam que pretendem dialogar também com a família e a sociedade, tendo em vista a dimensão que o debate das relações étnico-raciais merece na construção das relações na sociedade brasileira. Pontuam que sua construção teve a participação da sociedade civil especialmente do Movimento Negro e de pessoas que independentemente de seu pertencimento étnico-racial almejam uma sociedade mais justa para todos/as.

O exame cuidadoso do documento possibilita considerar o debate de questões pertinentes como: políticas de reparações, políticas de cotas trazendo a historicização desses processos e destacando o conjunto de acordos que o Brasil é signatário no combate ao racismo e como este arcabouço em ação contribuiu para eliminar os processos de exclusão da população negra e corrigir as desvantagens históricas.

O texto apresenta ainda equívocos relacionados a: O que é racismo; o Mito da Democracia racial; Explica o que é ser negro no Brasil e a complexidade dos processos identitários; Explana sobre a afirmação do porque os negros/as se discriminam entre si; a Ideologia do Branqueamento e Ilustra como superar a crença que o debate racial se limita ao movimento social, a estudiosos/as e a escola (BRASIL, 2004, p. 66-67).

As DCN-ERER (2004) destacam que o Movimento Negro criou uma pedagogia, ou seja, uma didática curricular que fortalece a consciência política e histórica da diversidade, as subjetividades e os direitos desse grupo historicamente excluído. Portanto, urge salientar que essas orientações devem incidir diretamente na didática-curricular antirracista em todas as etapas e modalidades da educação básica e no ensino superior.

Abordar sobre a perspectiva de uma didática-curricular antirracista na prática pedagógica na educação infantil envolve ampliar os referenciais teórico-metodológicos, considerando a necessidade de enfatizar de modo intencional e cotidiano os aspectos da diversidade étnico-racial.

Um dos caminhos para que ocorra essa mudança didático-epistemológica pode se dar a partir da realização de questionamentos no tocante à prática pedagógica, tais como: Independentemente da presença de crianças negras e indígenas, as mesmas são representadas nas unidades educativas? Quais mensagens estão sendo transmitidas quando nos momentos de contação de histórias e utilização de demais materiais só são exibidas crianças e adultos/as brancos/as? De fato, todas as crianças são tratadas de forma igualitária, considerando suas múltiplas necessidades? A exposição apenas de imagens de crianças brancas cumpre o papel

de respeitar todas as crianças e famílias? A recusa de pentear os cabelos de meninas e meninos negros/os, com a premissa de não ter conhecimento para tal, contribui para a efetivação da concepção de educação infantil que prima pela indissociabilidade entre cuidar e educar? Os projetos que não contemplam ou retratam as crianças negras de modo estereotipado podem ser analisados como de qualidade?

Essas indagações buscam romper com a branquitude normativa que perpassa o cotidiano das unidades de educação infantil e podem ser respondidas com base nos documentos e materiais que apresentam orientações específicas para a organização do trabalho pedagógico que contemple o desenvolvimento de práticas pedagógicas antirracistas desde a primeira etapa da educação básica.

Tais debates vêm sendo realizados em âmbito da pesquisa em desenvolvimento intitulada: “Educação das relações étnico-raciais e crianças de zero a três anos de idade: um estudo sobre as práticas pedagógicas na rede municipal de Goiânia”, a qual tem como objetivo: analisar as práticas pedagógicas da educação infantil, em especial as direcionadas às creches (zero a três anos de idade) da rede municipal de educação de Goiânia no que se refere às ações que visam abranger a educação das relações étnico-raciais.

As análises dos documentos em âmbito nacional, em especial “Orientações e ações para educação das relações étnico-raciais” (2006) e “Educação Infantil e práticas promotoras da igualdade racial” (2012) apontam que uma didática-curricular antirracista na prática pedagógica na educação infantil abarca a inserção de aspectos da diversidade étnico-racial nos momentos de escolha das obras de literatura infantil, de organização dos espaços, na proposição dos projetos pedagógicos, na seleção e oferta dos brinquedos, isto é em todos os momentos. Considerando as particularidades das relações raciais no Brasil, esse é um desafio, porém pode ser superado por meio da ampliação dos referenciais.

Considerações finais

Diante do debate exposto reafirmamos que o trabalho com a educação das relações étnico-raciais precisa partir da premissa de (re)conhecimento, valorização e respeito da diversidade que constitui o nosso país, sendo a educação infantil um espaço potente para a realização de práticas pedagógicas antirracistas que incidam na perspectiva da didática-curricular.

Portanto, esse debate é essencial para pensarmos na garantia dos direitos das crianças em ampliar os seus conhecimentos, de tal modo que tenham a oportunidade de romper com os silenciamentos perante as desigualdades, racismo e preconceito racial, bem como conheçam e explorem as diversas formas de ser, estar e viver no mundo. Almejamos que as análises e resultados da pesquisa em andamento contribuam para a efetivação de uma didática-curricular antirracista.

Palavras-chaves: Didática-Curricular antirracista; Educação das relações étnico-raciais;

Educação infantil.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Africana e Afro Brasileira**. Brasília: MEC, 2004.

Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais**. Brasília: SECAD, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. **Educação Infantil e Práticas Promotoras de Igualdade Racial**. Brasília: MEC, 2012.

hooks, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. São Paulo Martins Fontes, 2013.

GOMES, Nilma Lino. Educação e relações raciais: refletindo sobre algumas estratégias de atuação. In: MUNANGA, Kabengele. (Org.). **Superando o racismo na escola**. Brasília: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetizada e Diversidade, 2005

GOMES, Nilma Lino. Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos. In: BRASIL. **Currículo sem Fronteiras**, v.12, n.1, pp. 98-109, Jan/Abr 2012.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1994.

SILVA, Petronilha Beatriz. Aprender, ensinar e relações étnico-raciais no Brasil. **Revista de Educação**. Porto Alegre/RS, ano XXX, v.63, n.3, p. 489-506, set./dez. 2007.